

Acordo pode deslanchar votações a partir de terça

Presidente do Senado anuncia entendimento entre os líderes partidários para exame das seis medidas provisórias que estão trancando a pauta

Ao presidir a sessão extraordinária da manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que não haveria sessão plenária à tarde em razão do acordo para que as MPs sejam apreciadas na terça-feira, permitindo que sejam votados os demais itens da pauta.

Renan explicou que a sessão do dia anterior só teve início depois de encerrada a reunião do Conselho de Ética porque a prioridade da Casa era acompanhar o exame de representação contra o presidente do Senado por suposta quebra de decoro parlamentar. **Página 3**



C&P/Agência

Senadores votam indicações acolhidas na véspera pela Comissão de Justiça

Plenário aprova nomes para conselhos da Justiça e do MP

Os senadores acolheram ontem as mensagens que indicaram 12 nomes para integrar o Conselho Nacional de Justiça e outros 12 para o Conselho Nacional do Ministério Público. O resultado da votação

será comunicado à Presidência da República. O CNJ tem a função de exercer o controle das atividades do Poder Judiciário, enquanto o CNMP faz o mesmo em relação ao Ministério Público. **Página 4**



Entre os senadores Gerson Camata (E) e Delcídio Amaral, Renan Calheiros preside a sessão deliberativa do Plenário

Senadores querem nova chance para poupador recuperar dinheiro

Participantes de audiência lembram dificuldades para obtenção de extratos da época das perdas causadas pelos planos econômicos. **Página 8**

Conselho de Ética examina relatório sobre Renan

Relatório que sugere arquivar representação do PSOL contra presidente do Senado deve ser examinado a partir das 10h. **Página 3**

Governo anuncia fundo regional de R\$ 6,3 bi

Um fundo de desenvolvimento regional com recursos estimados em R\$ 6,3 bilhões faz parte da reforma tributária que o governo deve propor ao Congresso, segundo anunciou Bernard Appy no Senado. **Página 5**

General aponta riscos à defesa militar do país

Falhas dos sistemas de defesa antiaérea e de defesa naval foram apontadas pelo general José Benedito de Barros Moreira como "riscos inaceitáveis" para o Brasil. Ele participou de audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Página 2**

JFretas



Bernard Appy ao lado de Lúcia Vânia: fundo vai investir em serviços públicos



Assessor do Ministério da Defesa afirma que equipamentos de defesa antiaérea são “velhos e obsoletos” e não podem impedir que aviões de caça modernos sobrevoem o território nacional

General vê “riscos inaceitáveis” para a segurança do Brasil

As falhas dos sistemas de defesa antiaérea e de defesa naval foram definidas ontem pelo general-de-exército José Benedito de Barros Moreira, assessor especial militar do Ministério da Defesa, como “riscos inaceitáveis” para o Brasil. Em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele sugeriu a destinação de investimentos à modernização das Forças Armadas e o fortalecimento da indústria nacional de equipamentos bélicos.

O maior problema do setor de defesa, na opinião do general, é que o país não tem suficiente poder de dissuasão militar. Os equipamentos de defesa antiaérea em operação, observou, são “velhos e obsoletos” e não podem impedir que aviões de caça modernos sobrevoem o território nacional. Com investimento equivalente a US\$ 40 milhões, disse ele, seria possível montar um novo sistema de defesa do espaço aéreo brasileiro.

Moreira informou que o Exér-



Azeredo (D) e o general-de-exército José Benedito de Barros Moreira durante audiência

cito dispõe de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano para todas as despesas. Com isso, alertou, quase não há recursos para investimentos. Por outro lado, frisou, o contingenciamento de recursos de royalties destinados à Marinha dificultou o prosseguimento do programa de construção de um submarino nuclear, que poderia estar funcionando em até 15 anos.

Autor do requerimento para a realização da audiência, o se-

nador Romeu Tuma (DEM-SP) afirmou ter ficado preocupado ao ouvir recentemente a informação de que o Exército brasileiro não poderia evitar – mas apenas dificultar – uma eventual invasão da Amazônia. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidiu a reunião, disse que o tema deve estar mais presente nos debates da comissão, que, a seu ver, cuida mais das relações exteriores do que da defesa nacional.

Informações sobre modernização das Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem requerimento de informações à Casa Civil a respeito do relatório final de grupo interministerial criado para estudar a necessidade de modernização das Forças Armadas. Ao propor o requerimento, o senador Fernando Collor (PTB-

AL) observou que “a falta de consistentes investimentos pode acarretar um crescente distanciamento do país em relação às demais potências emergentes”.

Outro requerimento de Collor aprovado convida o embaixador de Cuba, Pedro Mosquera, para falar sobre a criação da Alternati-

va Bolivariana para as Américas (Alba). Foram acolhidos ainda dois outros requerimentos de informações, de Francisco Dornelles (PP-RJ), pedindo esclarecimentos aos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores sobre acordo para troca de informações fiscais entre Brasil e Estados Unidos.

Gerson Camata: anistia concedida a Lamarca é “tapa na cara” do Exército

Gerson Camata (PMDB-ES) criticou ontem as decisões da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de conceder patente de coronel do Exército ao líder guerrilheiro Carlos Lamarca, bem como pensão de general e vultosas indenizações a sua família. O senador considerou essas determinações como um “tapa na cara das Forças Armadas brasileiras”.

Na opinião de Camata, a comissão precisa ter fiscalização e controle de algum órgão do Legislativo ou do Judiciário, uma vez que sua generosidade com o dinheiro público tem usado critérios que, para o senador, ferem o bom senso da sociedade brasileira.

– Depois de ter desertado do Exército, roubando armas para fundar uma organização guerrilheira com a finalidade de implantar uma ditadura exótica no país,



Comissão do Ministério da Justiça deve ter fiscalização e controle, defende Camata

ainda pior do que o regime militar da época, a decisão de recompensá-lo com todas as promoções e direitos fere os brios do Exército, pois os princípios de disciplina e hierarquia das Forças Armadas foram subvertidos – assinalou.

Camata afirmou que decidiu integrar a Comissão Mista de Orçamento não para fazer oposição ao governo, mas para impedir que o governo faça oposição ao Brasil, tomando decisões desse tipo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Os 30 anos do divórcio no Brasil

O programa Repórter Especial de hoje, às 20h, apresenta trechos de discursos da sessão do Congresso Nacional que aprovou a emenda à Constituição que instituiu o divórcio no país, em 15 de junho de 1977. A atração da Rádio Senado tem reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

Acessibilidade a pessoas com deficiência

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais, assina às 10h acordo com a Assembléia Legislativa da Paraíba para que aquela Casa implante procedimentos de acessibilidade a pessoas com deficiência. A assembléia deverá colocar em prática medidas semelhantes às adotadas pelo Senado.

Sessão plenária não-deliberativa

Os senadores participam de sessão destinada a pronunciamentos, às 9h. As votações serão retomadas na próxima semana. Entre as MPs que trancam a pauta está a 360/07, que cria a Secretaria de Comunicação Social.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Romeu Tuma, Edison Lobão, Mão Santa, Francisco Dornelles, João Pedro, Paulo Paim e Wilson Mattos

Casagrande é contrário a voto em lista fechada

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), manifestou-se contrário ao voto em lista preordenada, primeiro item do projeto de reforma política discutido na Câmara. Se aprovada essa proposta, o eleitor deixará de escolher os candidatos a vereador e deputado e passará a votar nos partidos, que terão listas previamente ordenadas.

– Isso vai formar, naturalmente, uma oligarquia partidária, um “caciquismo” partidário mais forte do que já temos hoje – afirmou.

Segundo Casagrande, as bancadas do PSB na Câmara e no Senado farão um debate para que o partido possa ter uma posição única sobre o assunto.

Suplicy destaca passeio ciclístico Rodas da Paz

Os senadores foram convidados por Eduardo Suplicy (PT-SP) a participar do 5º Passeio Ciclístico Rodas da Paz, que será realizado domingo, em Brasília.

Suplicy destacou experiências bem-sucedidas no uso de bicicleta como meio de transporte público na Europa. Além dos benefícios à saúde, o senador apontou que a bicicleta não polui o meio ambiente e é mais econômica que o ônibus e metrô.

Outro assunto destacado pelo parlamentar foi o fechamento de fábricas da Philips no Brasil, hipótese que estaria preocupando 2,5 mil funcionários da empresa no país.

Renan diz que na próxima semana serão votadas matérias importantes, “que ajudem na consolidação institucional e na segurança jurídica e que criem um ambiente mais propício ao desenvolvimento”

Acordo permitirá análise de MPs para destrancar pauta na terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que houve acordo das lideranças da Casa para que as seis medidas provisórias que estão trancando a pauta do Plenário sejam apreciadas na próxima terça-feira, o que permitirá que sejam votados os demais itens da pauta.

Renan fez o anúncio ao presidir a sessão extraordinária da manhã de ontem, e explicou que não haveria sessão deliberativa na parte da tarde, porque as deliberações serão retomadas na terça.



Renan anuncia que deliberações serão retomadas

– Aliás, o Brasil está querendo: quando votamos as matérias importantes, que ajudem na consolidação institucional, na consolidação da segurança jurídica, que criem um ambiente mais propício ao desenvolvimento, à atração de investimentos

públicos, de investimentos privados. É isso que o Senado precisa fazer – ressaltou. Antes, ele explicou por que a sessão plenária da quarta-feira só teve início depois de encerrada a reunião do Conselho de Ética e

Decoro Parlamentar, fazendo com que as indicações dos integrantes dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público ficassem para ser analisadas na sessão extraordinária da manhã de ontem. De acordo com o presidente, isso aconteceu por-

que a prioridade da Casa era a reunião do conselho, em que se decidiria sobre a representação em que ele próprio é acusado de faltar com o decoro parlamentar.

– Eu mesmo fiz questão de dizer que, se nós fizéssemos a sessão do Senado na quarta, poder-se-ia fazer a leitura de que nós estamos realizando a sessão para que a TV Senado, que regimentalmente é obrigada a cobrir as sessões do Senado, não cobrisse a reunião do Conselho de Ética, fundamental para que nós chegássemos ao fim e ao cabo de alguns esclarecimentos que se tornavam necessários – explicou Renan.

Renan afirma estar tranqüilo quanto a representação

Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que está tranqüilo quanto ao desfecho da representação que está sendo analisada pelo Conselho de Ética da Casa, na qual o PSOL pede que o órgão investigue se o presidente do Senado faltou com o decoro parlamentar.

A representação se ampara, sobretudo, em informações da revista Veja de que Renan teria pago pensão alimentícia a uma filha por meio do lobista de uma empreiteira.

– Nunca tive dúvida que nós estávamos do lado da verdade. Tivemos que fazer a prova contrária, que é obrigação de qualquer homem público. Diante de uma circunstância dessas, deve-se fazê-lo e eu o fiz. Se for necessário, repetirei – reiterou.

Relatório de Cafeteira deve ser debatido hoje

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 10h, para votação do relatório que sugere o arquivamento – “por falta de provas” – da representação do PSOL contra o senador Renan Calheiros, presidente do Senado, por suposta quebra de decoro parlamentar.

O relatório, de autoria de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), foi apresentado na última quarta-feira ao conselho, quando o presidente do colegiado, Sibá Machado (PT-AC), concedeu vista coletiva do documento por 48 horas.

Cafeteira disse estar com a consciência tranqüila em relação à análise da representação.

– Examinando todos os documentos da denúncia, em nenhum encontrei consistência – afirmou.

O senador também disse

não temer a apresentação de voto em separado, ou até mesmo a apelação ao Supremo Tribunal Federal pela oposição, caso a representação seja arquivada pelo Conselho de Ética. Ele frisou que o tribunal “não aceita notícias de jornal como prova”.

– Em um assunto de tamanha magnitude, em que se está discutindo a honra do presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, não deve haver oposição nem governo. Deve haver justiça. O papel do conselho não é condenar nem absolver. É julgar. E foi o que eu fiz – ressaltou.

Cafeteira assinalou concordar com a realização de perícia na documentação encaminhada ao Conselho de Ética, mas acha desnecessária a tomada de depoimento da jornalista Mônica



Cafeteira acha desnecessária a tomada de depoimentos

Veloso, do lobista Cláudio Gontijo ou dos responsáveis pela publicação da denúncia contra o senador na revista Veja.

Segundo a revista, Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, seria o responsável pelo pagamento de despesas pessoais do presidente do Senado: o aluguel e a pensão alimentícia devidos a Mônica Veloso, com quem Renan tem uma filha de três anos.



Demostenes quer depoimentos e exame da documentação

Demostenes diz que apresentará voto em separado

O líder da Minoria, Demostenes Torres (DEM-GO), confirmou que pretende apresentar voto em separado na reunião do Conselho de Ética de hoje, em que deve ser votado o relatório de Epitácio Cafeteira sugerindo o arquivamento da representação encaminhada pelo PSOL contra Renan Calheiros.

Demostenes pediu a palavra em Plenário para justificar sua ausência, ontem pela manhã, na votação dos nomes dos indicados para a composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, afirmando que no momento dessa votação estava reunido com a assessoria da Casa para elaborar o voto em separado.

Na quarta-feira, Demostenes já havia manifestado a intenção de apresentar voto em separado e adiantou, inclusive, que pretende pedir a suspensão do relatório para que possam ser tomados depoimentos e realizadas perícias nos documentos apresentados pelo advogado de Renan.

Quanto a essa possibilidade, Cafeteira disse concordar apenas com a perícia dos documentos.

– Se estão faltando provas é porque elas não existem e Renan é inocente. Quem vou ouvir? Gontijo já foi ouvido pela Corregedoria. E Mônica diz o mesmo que Renan. Não há controvérsias – afirmou o relator da representação.

CPI da Navalha ainda depende de duas assinaturas

O despacho criando ou arquivando uma CPI mista sobre a Operação Navalha será dado na terça-feira pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros.

Ontem, faltavam duas assinaturas de deputados para completar as 171 necessárias à viabilização

do requerimento na Câmara. No Senado, foram contabilizadas 30 assinaturas, quando o mínimo necessário é de 27.

A autenticidade das assinaturas de senadores e deputados foi conferida pelas secretarias do Senado e da Câmara, respectivamente,

mas a conferência do número de assinaturas foi feita na secretaria do Senado, que também serve ao Congresso. Das 202 assinaturas de deputados, 31 eram repetidas, uma não conferia – a de Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) – e a de Lindomar

Garçon (PV-RO) foi retirada.

A Operação Navalha foi conduzida pela Polícia Federal para investigar esquema de fraudes em licitações públicas. O prazo até terça-feira vale tanto para novas assinaturas quanto para a retirada de apoios.



Cézar Neto

Adoção de nova tecnologia requer ajuda do governo, diz Mão Santa

Mão Santa pede crédito para pesca da lagosta

Em discurso da tribuna, Mão Santa (PMDB-PI) pediu sensibilidade do governo federal em relação às mudanças no sistema de pesca de lagostas. O senador apelou ao Ibama e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca que ajudem os pescadores a se adaptarem às novas regras. Em vez de utilizarem rede de captura, eles terão de fazer uso de uma armadilha denominada manzuá.

Como a mudança passa a vigorar este mês, Mão Santa pede crédito para que os pescadores possam adotar a nova tecnologia.

Plenário aprova nomes que integrarão nova composição do CNJ e do CNMP, órgãos responsáveis pelo controle do Judiciário e do Ministério Público

Renovação nos conselhos nacionais de Justiça e do MP

O Plenário aprovou ontem mensagens com indicações de 12 nomes para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outros 12 para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Entre eles, 18 devem substituir conselheiros cujos mandatos estão expirando, e seis foram designados para um novo biênio como conselheiros. O resultado da votação será comunicado à Presidência da República, a quem caberá promover a nomeação dos indicados, por ato a ser publicado no Diário Oficial da União.

O CNJ tem por função exercer o controle das atividades do Judiciário, tanto na esfera da União como

nos estados. O CNMP exerce a mesma função no âmbito do Ministério Público. Além de regulamentar e fiscalizar as atividades administrativas e financeiras, os órgãos zelam pelo cumprimento dos deveres funcionais dos membros das respectivas carreiras – juizes, no primeiro caso, e procuradores e promotores, no segundo.

A votação, conduzida em bloco para cada conselho, resultou em 49 votos favoráveis e 1 contrário aos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, sem abstenções. Para o Conselho Nacional do Ministério Público, também sem abstenções, foram

apurados 54 votos sim e 2 contrários. Na quarta-feira, as mensagens haviam sido aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Reforma

Os dois conselhos foram criados em 2004 pela Emenda Constitucional (EC) 45, que tratou da reforma do Judiciário. Por acordo partidário, o Senado está reconduzindo aos dois órgãos os representantes que a Casa tem a prerrogativa de recomendar: para o CNJ, propôs novo mandato para o jurista e professor Joaquim Falcão. Para o CNMP, foi mantido Alberto Machado Cascais Meleiro, advogado-geral do Senado.

Marconi cobra reforma estrutural para Brasil produzir mais e melhor

Criticando o clima de euforia que cercou a apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu a implementação urgente de reformas estruturais, para que o Brasil produza mais e a competência se torne atributo de todos os setores do poder público.

Baseado em levantamentos realizados pela assessoria do Senado e em relatório publicado pelo ramo brasileiro da Consultoria Mackinsey, o senador destacou que o marco zero na busca pela produtividade começa pela auto-avaliação do desempenho da economia brasileira. Os demais países que compõem o Brics – Rússia, Índia e China –, ressaltou, apresentam média de crescimento do produto interno bruto (PIB) mais alta que o Brasil.

– Ousamos dizer que o



Roosevelt Neto

Marconi: governo deveria criar as bases para um país do século 21

governo tem desperdiçado uma oportunidade sem precedentes de fazer reformas estruturais e criar as bases para um país do século 21. Ousamos dizer que o presidente Lula está acomodado com o crescimento inercial do Brasil e não parece disposto a sair da posição de conforto – frisou.

Marconi afirmou ser preciso aproveitar a expansão da economia mundial e que o Brasil poderia crescer 7% ao ano, caso houvesse preocupação do governo em aumentar a produtividade.

Augusto apóia fundação para administrar hospitais federais

Os ministérios da Saúde e do Planejamento deverão enviar nos próximos dias ao Congresso projeto criando fundação estatal para administrar hospitais federais. Augusto Botelho (PT-RR), que da tribuna leu editorial do jornal O Globo defendendo a iniciativa, opinou que a idéia poderá ser interessante se o governo conseguir fazer com que os hospitais públicos funcionem como o Instituto do Coração (Incor) e os estabelecimentos da Rede Sarah.

– Ainda não discuti a proposta com os companheiros [da área] de saúde de Roraima. Vou conversar com eles para firmar uma posição,



Roosevelt Neto

Profissionalizar a gestão melhora serviços de saúde, diz Augusto

mas, de início, acho que essa idéia pode ser uma luz no fim do túnel. Conheço as dificuldades dos hospitais. Até para trocar uma lâmpada queimada é complicado. Se a gestão for profissionalizada, creio que melhorará o atendimento da saúde – afirmou.



Cézar Neto

João Pedro elogia trabalho feito em escola para deficientes

Homenagem à Fundação Pestalozzi de Parintins

O trabalho da Fundação Pestalozzi Glauber Viana Gonçalves, do município de Parintins (AM), foi elogiado ontem, em Plenário, pelo senador João Pedro (PT-AM). O parlamentar disse que, apesar de ter nascido em Parintins, não conhecia o trabalho dos 18 servidores públicos que cuidam de 170 crianças, jovens e adultos com deficiência.

– O trabalho dessas pessoas é tão profundo, tão grandioso, que não poderia deixar de registrar a experiência dessa escola.

Fátima Cleide pede agilidade da Câmara na votação de matérias

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu urgência para a votação de duas propostas de sua autoria em tramitação na Câmara dos Deputados – ambas aprovadas pelo Senado. A primeira (PEC 87/03) trata da transferência de servidores públicos federais de Rondônia. A outra (PLS 507/03) especifica as categorias de trabalhadores que devem ser considerados profissionais de educação.

Em seu discurso, a parlamentar saudou os participantes do 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; registrou sua participação na Parada Gay de São



Ceratti/Vagôa

Fátima Cleide saúda participantes do 5º Congresso do MST

Paulo, realizada no último fim de semana; e comemorou decisão da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça de reconhecer Carlos Lamarca, um dos líderes da Guerrilha do Araguaia, morto em 1971, como anistiado político.

Paim: acordo beneficiará empresa do RS

Paulo Paim (PT-RS) registrou acordo destinado a garantir a recuperação de empresa do grupo Kepler Weber, no município de Panambi (RS). Fabricante de sistemas de armazenagem, a indústria estava sob risco de falência. Acordo entre governo, trabalhadores e dirigentes permitiu a concessão de empréstimo para alongar o pagamento de dívidas com bancos privados e a repactuação de débitos com o Banco do Brasil.

Ideli quer voto direto na escolha de diretores de escolas públicas

Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu, em Plenário, a necessidade de garantir a gestão democrática nas escolas públicas de primeiro e segundo graus, bem como nas de ensino técnico, por meio do me-

canismo do voto direto, “o mais democrático que existe”.

A senadora disse que apresentará um projeto de lei para exigir que os dirigentes das escolas das redes públicas federal, es-

tadual e municipal de todo o país sejam escolhidos por meio de votação direta de alunos e professores, para mandatos de dois anos.

O projeto, afirmou, está em consonância com as diretrizes apresentadas,

recentemente, no Plano de Desenvolvimento da Educação, com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 600 milhões somente para implantação de computadores nas escolas de 1º e 2º graus.



Cézar Neto

CPI debate novo modelo de controle do tráfego aéreo

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, deverá participar de audiência pública na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, na próxima quarta-feira, às 9h, para discutir o controle do tráfego aéreo brasileiro por satélite geostacionário.

A utilização desse tipo de satélite para o controle do tráfego aéreo é uma das recentes recomendações feitas pela Organização Internacional de Aviação Civil (Oiac). A expectativa da entidade com a nova tecnologia é que até 2010 não será mais necessário o uso de equipamentos de navegação aérea em solo, como radares e instrumentos que auxiliam os pilotos de aeronaves nas diversas operações de decolagem e aterrissagem,

por exemplo.

No Brasil, atualmente, todas as informações de posicionamento de aeronaves são captadas por um sistema de radares de fabricação francesa. Conforme revelado pela CPI do Apagão Aéreo, tal modalidade de controle de aeronaves apresenta algumas falhas, como a duplicação de pistas, a emissão de sinais fantasmas, geração de dados imprecisos e ocorrência de pontos cegos na cobertura do território nacional.

Na mesma reunião, deverão ser ouvidos ainda o presidente da Embratel, Carlos Henrique Moreira, e diretor-presidente da Star One, empresa do sistema Embratel que atua no mercado de comunicação via satélite.

Dornelles cobra defesa de empresas exportadoras

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que o governo deve melhorar o sistema de defesa das empresas brasileiras no mercado de exportações. Para o senador, o Brasil deve defender as empresas brasileiras no mercado externo como os Estados Unidos e a União Européia defendem os seus respectivos empreendimentos.

– Deveríamos preparar melhor a defesa das empresas brasileiras no mercado norte-americano. Nosso sistema de defesa comercial é lento, não garante os direitos provisórios quando uma empresa brasileira se sente prejudicada e precisa de uma medida antidumping no mercado americano.

Dornelles lembrou que, apesar de ser o maior investidor individual no Brasil e o maior importador de produtos brasileiros, os Estados Unidos são o país que coloca maior quantidade de barreiras às exportações brasileiras.

– Os norte-americanos colocam barreiras às nossas exportações de açúcar, etanol, tabaco, carne bovina, frango, frutas, legumes, algodão, produtos side-



Dornelles: "Nosso sistema de defesa comercial é lento"

rúrgicos, sucos de frutas e outros itens importantes de nossas exportações.

Essas medidas, afirmou Dornelles, são adotadas pelos norte-americanos e europeus quando julgam que as exportações brasileiras prejudicam suas empresas e colocam em risco seus empregos. Na avaliação do senador, o Brasil deveria agir da mesma forma na defesa de suas empresas.

– Precisamos fazer algumas reformulações no nosso sistema de defesa comercial, agir como os Estados Unidos e a União Européia, usar os direitos antidumping toda vez que os produtores brasileiros sofrerem concorrência predatória de estrangeiros – observou Dornelles.

Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda revela plano do Executivo para financiar empresas e "investimentos estruturantes"



Lúcia Vânia, Tasso Jereissati e Sérgio Guerra acompanham depoimento de Bernard Appy em audiência conjunta

Governo pretende criar fundo regional de R\$ 6,3 bi

O governo federal pretende criar um fundo nacional de desenvolvimento regional, com o objetivo de financiar não apenas empresas, mas também "investimentos estruturantes" – como é o caso das aplicações em serviços públicos e na qualificação de mão-de-obra. O fundo teria, já de início, um total de recursos acima de R\$ 6,3 bilhões.

Essas informações foram prestadas ontem pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, durante audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em conjunto com a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econô-

micos (CAE).

Segundo Appy, a criação do fundo é um dos itens do projeto de reforma tributária a ser apresentado em breve ao Congresso Nacional, sob a forma de uma proposta de emenda à Constituição.

Sem bloqueio

O secretário de Política Econômica afirmou que os recursos do novo fundo não poderão ser contingenciados (não poderão ser retidos pelo governo federal com o fim de reforçar o superávit primário). Além disso, a verba para os investimentos estruturantes – os quais, de acordo com Appy, serão aplicados "tanto em infra-estrutura econômica como social" – será gasta a "fundo perdido", ou seja, sem necessidade de reembolso.

Appy disse ainda ser intenção do governo que, após um período de transição de cerca de cinco anos, os recursos sejam divididos da seguinte forma: 40% para empréstimos a empresas e 60% para financiamentos, a fundo perdido, de investimentos estruturantes.

Os recursos do fundo englobariam as verbas do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Conforme a proposta, cada região vai manter, no mínimo, os valores que já recebe desses fundos.

Jereissati critica vetos a Sudam e Sudene

Tasso Jereissati (PSDB-CE) voltou a condenar ontem os vetos parciais do presidente da República aos projetos de lei que recriaram a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

As críticas foram feitas durante a audiência pública sobre reforma tributária e guerra fiscal. O senador defendeu o artigo, vetado, que tratava da regionali-

zação do Orçamento da União. E ainda criticou o veto à proibição do contingenciamento de recursos utilizados tanto pela Sudam como pela Sudene.

Centro-Oeste

A senadora Marisa Sereno (PSDB-MS), também presente à audiência, afirmou estar preocupada com a "descontinuidade histórica" dos fundos regionais e com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, respondeu que o governo federal "vem trabalhando com a hipótese de criação da Sudeco".

Já sobre a proposta de um fundo nacional de desenvolvimento regional, anunciada pelo secretário de Política Econômica, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) declarou que "é uma idéia alvissareira, mas precisamos saber como ele será composto".

Malta defende mudanças na lei de adoção

Em discurso no Plenário, Magno Malta (PL-ES) defendeu mudanças na legislação que facilitem a adoção de crianças no Brasil. O senador afirmou que muitas instituições abrigam essas crianças apenas para manter seus administradores. Disse ainda que essas pessoas usam as crianças para ganhar dinheiro. Segundo Magno Malta, as leis no Brasil dificultam a adoção aos brasileiros que desejam ser "pais e mães do coração".

Suplicy pede atenção para caso Emir Sader

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu bom senso aos desembargadores que julgarão hoje o processo movido pelo ex-senador Jorge Bornhausen contra o professor Emir Sader. O professor foi condenado por injúria, em primeira instância, a um ano de prisão e à perda do cargo que exerce na Uerj por ter, segundo Suplicy, criticado e considerado racista a frase "A gente vai se ver livre desta raça por, pelo menos, 30 anos".

Mão Santa quer reduzir cargos comissionados

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que é preciso diminuir o número de pessoas nomeadas para cargos comissionados no governo, que seriam de 24 mil. Mão Santa citou reportagem publicada na revista Época desta semana que trata de formas de diminuir a corrupção, inclusive reduzindo as nomeações. A matéria informa que nos Estados Unidos o presidente pode nomear 4.500 cargos; na França, 500; na Inglaterra, 300; e na Alemanha, 170.



Filhos estão entre os primeiros a agredir, informa Quintanilha

Idosos são vítimas de violência dentro das próprias famílias, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente da Subcomissão do Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), afirmou ontem que, na maior parte dos casos registrados de violência contra os idosos, os agressores são membros da própria família.

O assunto foi discutido em audiência pública realizada pela

subcomissão na terça-feira, com a presença de técnicos e estudiosos da matéria. De acordo com o senador, entre os agressores, os filhos aparecem em primeiro lugar (34,7%), seguidos de vizinhos, netos, genros e noras.

Quintanilha citou o caso da aposentada Elenita Fagundes dos Santos Batista, 84 anos, que era mantida pela filha adotiva Clarice

dos Santos Batista em cárcere privado numa casa isolada, guardada por um cão, em Salvador. Elenita Batista sofre do mal de Alzheimer, e a filha usufruía de sua aposentadoria.

– Os casos de desvio de aposentadoria por parte de membros da família ou de instituições financeiras e corretores são os campeões nas ocorrências de desrespeito,

desatenção e descaso com as pessoas mais velhas – disse.

Para o senador, a violência contra os idosos é incitada pelos meios de comunicação desde os primeiros anos da vida dos indivíduos.

– Os programas infantis e os brinquedos usados pelas crianças de hoje são totalmente inadequados à idade e à necessária condução da formação de seu caráter.

José Nery lembra assassinato de Paulo Fonteles

José Nery (PSOL-PA) lembrou ontem, em Plenário, o assassinato do advogado, ex-deputado estadual e militante pelos direitos humanos Paulo Fonteles, ocorrido há 20 anos, na região metropolitana de Belém. Afirmou que a situação no campo não mudou nesse período e citou que, nos últimos 30 anos, 785 pessoas que lutavam pela terra foram assassinadas em todo o Brasil.

O senador informou que até hoje não foram identificados os mandantes do assassinato, “possivelmente latifundiários”, e as duas pessoas condenadas pela execução receberam penas de 19 anos de cadeia, mas só cumpriram pouco mais de seis anos. Ele lembrou que Fonteles “foi um lutador que enfrentou a ditadura”, tendo sido preso e torturado em Brasília, em 1972.

Nery acredita que só a punição de mandantes de crimes ligados à disputa por terras poderá levar paz ao campo. Ele reafirmou sua convicção de que “só uma verdadeira reforma agrária, acompanhada de mudança radical no modelo agroexportador que predomina na agricultura brasileira, poderá gerar as condições para que se alcance a paz e a justiça” no meio rural do país.



Nery observa que situação no campo não mudou desde 1987

Cristovam elogia MST por estimular educação

Senador diz acreditar que, em poucos anos, movimento poderá anunciar que seus acampamentos são territórios livres do analfabetismo

Ao atribuir o baixo aproveitamento das universidades brasileiras no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) à qualidade ruim do ensino básico, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou iniciativas de grupos que procuram “preencher a lacuna deixada pelo Estado”. Nesse sentido, afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dá um “exemplo de compromisso com a educação”.

Cristovam relatou ter visitado escola montada no acampamento do MST em Brasília, onde o movimento



Cristovam relata visita a escola que atende a 1.500 crianças acampadas

realiza seu 5º Congresso Nacional, para atender temporariamente a 1.500 crianças.

– Vejo que está se gestando uma nova bandeira no Movimento dos Sem Terra,

a bandeira da educação. Em breve, eles gritarão que “terra é escola”; é o caminho para a revolução.

O senador disse acreditar que, em poucos anos, o MST poderá anunciar que seus acampamentos são territórios livres do analfabetismo. Ele também chamou a atenção para a participação de centenas de jovens do movimento em cursos universitários do Brasil e do exterior. Para Cristovam, essa preocupação com o aperfeiçoamento é fundamental, num contexto em que os “operadores” do mundo digital substituem os “operários”.

Suplicy e Sibá: movimento realiza 5º Congresso

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Sibá Machado (PT-AC) ressaltaram a realização, em Brasília, do 5º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ontem teve seu terceiro dia de atividades.

O evento, segundo Suplicy, conta com a presença de inúmeros governadores, senadores, deputados e líderes de diversos partidos. Ele afirmou tratar-se de uma manifestação em favor da reforma agrária, por justiça social e soberania popular.

Cerca de 18 mil pessoas, informou, estão debatendo formas de conchamar as autoridades do governo Lula e do Congresso a avançar na direção de maior número de assentamentos com a



Manifestação é pela reforma agrária e justiça social, diz Suplicy

devida assistência técnica e creditícia.

Conforme Sibá, a história da resistência dos povos indígenas e dos escravos negros contra o domínio dos colonizadores europeus se reflete hoje na luta do MST. Ele disse que as elites brasileiras se formaram na propriedade das terras tomadas dos índios e na exploração



Segundo Sibá, acesso às escolas pode ter reflexo na política

do trabalho escravo, fato que pode ser observado nas instituições como o Judiciário e o Legislativo, onde as classes originárias de famílias de proprietários de terra predominam.

Sibá Machado ressaltou, porém, que o acesso dos mais pobres às escolas pode mudar a composição social de tais instituições.

Marta Suplicy deveria pedir demissão, afirma Jefferson

Em discurso feito ontem, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que a ministra do Turismo, Marta Suplicy, deveria pedir demissão pela declaração dada na quarta-feira, quando, ao ser indagada por jornalistas sobre qual conselho daria aos usuários de transporte aéreo vitimados por atrasos, a ministra disse que eles deveriam relaxar e gozar.

– Uma resposta obscena e debochada. Uma conduta incompatível com o elevado cargo que ela exerce. Deboche como sofrimento dos usuários, pessoas que penam horas e horas com atrasos e cancelamento de vôos – criticou Jefferson Péres.

O senador sugeriu que, junto à nota que a ministra divulgou se desculpando pela declaração, ela deveria ter entregado também uma carta de demissão. Jefferson recordou o recente suicídio do ministro da Agricultura japonês



Declaração é vista por Jefferson Péres como obscena e debochada

acusado de corrupção.

– Não estou aconselhando que a dona Marta se mate. Que ela tenha muita saúde e viva muitos anos, mas devia entregar o cargo. O que ela fez é indesculpável. Ela mereceria o meu respeito se pedisse demissão. É o desprezo aos outros, desprezo de quem sobe e desce de avião numa base aérea, num jatinho da FAB e não sofre atraso nenhum. No entanto, neste país, ninguém se demite, quanto mais se matar – observou o parlamentar.

Azeredo critica afirmação feita pela ministra do Turismo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) protestou ontem contra a forma como a ministra do Turismo, Marta Suplicy, se referiu aos passageiros de aviões no Brasil.

Para o senador, a afirmação da ministra foi “descortês, grosseira e descaída”.

– Eu diria que, se estivéssemos vivendo o parlamentarismo, ela não poderia apenas fazer o pedido de desculpas, mas deveria pedir licença do seu cargo e afastar-se. É lamentável que o turismo brasileiro

seja tratado dessa maneira. A confusão no palavreado e a inadequação de termos, que têm sido comuns no governo Lula, parecem não ter fim – afirmou Eduardo Azeredo.

A ministra usou uma frase popular para sugerir aos passageiros com problemas de atraso de vôo que esqueçam os atrasos e transtornos. O representante de Minas Gerais registrou o protesto em nome do PSDB e em defesa de todos os passageiros de avião no Brasil.



Patricia resalta que "paciência do povo do Ceará também tem limites"

Patricia cobra de Lula construção de siderúrgica no Ceará

Em discurso no Plenário, Patricia Saboya (PSB-CE) cobrou do presidente da República urgência para a construção de siderúrgica em seu estado. A senadora disse que não irá dirigir essa cobrança ao presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, uma vez que este já demonstrou ser contra a iniciativa.

Mesmo dizendo confiar na palavra do presidente, Patricia afirmou que não poderia deixar de reiterar o pedido.

– O povo cearense é trabalhador e lutador, é um povo que tem muita paciência; mas a nossa paciência também tem limite – reforçou a senadora.



Neuto de Conto: trecho a ser construído completa obra iniciada há 50 anos

Neuto de Conto saúda anúncio de obra na BR-282

Neuto de Conto (PMDB-SC) saudou o anúncio do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, de que autorizará o início das obras na BR-282, no trecho entre o município de São Miguel do Oeste (SC) e a fronteira com a Argentina, no rio Peperi-Guaçu. O comunicado foi feito por Nascimento ao governador de Santa Catarina, Luís Henrique, que na quarta-feira cumpriu uma agenda de compromissos em Brasília, na companhia de Neuto de Conto.

Esse trecho, salientou, completa uma obra de quase 50 anos, que tem início no Oceano Atlântico e corta o Brasil pelo território de Santa Catarina.

Senador alerta para aumento de ocorrências de secas e defende a conciliação entre interesses da natureza e da população

Zambiasi: crescimento só com preservação do meio ambiente

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem que o mundo precisa superar a cultura do crescimento a qualquer preço, de modo a preservar o meio ambiente para as gerações futuras. De acordo com o parlamentar, os cidadãos têm um papel importante na adoção de medidas para economizar os recursos naturais, mas as ações preponderantes têm de ser tomadas pelo poder público em nível nacional e internacional.

Dizendo-se ainda sob o impacto da mobilização ocorrida no Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado semana passada, Zambiasi observou que a preservação ambiental deve ser incorporada ao dia-a-dia de todos, em razão dos riscos que a Humanidade hoje corre em função das agressões impingidas à natureza, conforme demonstram vários estudos científicos, comprovados por



Atribuição do poder público para conter aquecimento é destacada por Zambiasi

fenômenos inesperados como inundações e secas.

– O degelo dos pólos nunca foi tão violento. O aquecimento global fez diminuir em 20% a calota polar ártica nas últimas três décadas. O solo arde. Os desertos avançam rapidamente, e, nos últimos 30 anos, o total de terras atingidas por secas severas dobrou – lamentou o parlamentar,

que chamou a atenção para “secas violentíssimas” que atingiram o Rio Grande do Sul nos últimos quatro anos.

Zambiasi sugeriu que o país chegue a soluções que conciliem desenvolvimento com preservação e os interesses da natureza com os da população. As novas ações devem incluir mudanças quanto ao uso de água e energia, até estratégias sobre o destino do lixo, passando por transformações radicais nos projetos de edificações e de veículos, particularmente os destinados ao transporte coletivo.

O rio Uruguai, lamentou, recebe 841 toneladas por mês de matéria orgânica, o equivalente ao peso de 17 carretas. De acordo com o senador, as indústrias lançam naquele curso d'água 528 toneladas por mês de resíduos químicos e apenas 5% do esgoto da região do rio são tratados.



“Reciclar é uma forma eficiente de preservar o planeta”, afirma Flávio Arns

Arns propõe criar o Dia Nacional da Reciclagem

Flávio Arns (PT-PR) apresentou ontem um projeto de lei instituindo o Dia Nacional da Reciclagem, a ser comemorado em 5 de junho, mesma data em que é celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente. O objetivo da proposta, explicou, é chamar a atenção da sociedade “para essa forma rápida e eficiente de preservação do planeta”.

Arns citou, em seu discurso, iniciativas de reciclagem adotadas no país, com destaque para a experiência da Escola Especial Bom Jesus, de Campo Largo (PR), em que alunos com deficiência mental participam de oficinas de proteção ao meio ambiente, atividade estendida às famílias e à comunidade. Com início em 2000, o projeto tornou-se uma ação efetiva da escola, que hoje separa, pesa e vende material para empresas do ramo de reciclagem. A comercialização dos materiais recicláveis possibilitou à escola a ampliação do espaço físico onde são desenvolvidas as atividades de reciclagem.

Catadores

O trabalho realizado junto aos catadores de papel em Curitiba, que estão sendo organizados em cooperativa, também recebeu elogios do senador. A ação, destacou, é desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho do Paraná, sob o comando de Margaret de Carvalho, procuradora e coordenadora do Fórum Estadual de Lixo e Cidadania. Ele destacou ainda o trabalho promovido pela Associação Brasileira dos Recicladores (Recibras), que tem como objetivo organizar, orientar e representar os recicladores de materiais ferrosos e não-ferrosos.

– A reciclagem é uma das várias alternativas para a preservação do meio ambiente e um dos meios mais concretos para evitarmos o desgaste dos recursos naturais.

Raupp comemora fundo para combate ao desmatamento

A notícia do lançamento, por parte do Banco Mundial (Bird), de um fundo destinado a financiar projetos-piloto de combate ao desmatamento foi saudada por Valdir Raupp (PMDB-RO), em discurso no Plenário. A medida incluiu a preservação das florestas tropicais na lista de itens elegíveis para a venda de crédito de carbono.

– Ecologistas estimam que a conservação da Mata Atlântica e da Amazônia poderia render algo

em torno de US\$ 160 bilhões em crédito de carbono. Os índios também poderiam se beneficiar, pois possuem enormes florestas ainda intocadas – frisou.

Para o senador, desde que foi criado após o Protocolo de Kyoto, o mercado de créditos de carbono tem sido subutilizado pelo Brasil. Diante da capacidade técnica, disse, o país tem amplas condições de se beneficiar do comércio mundial dos mecanismos de desenvolvimento limpo.



Medida vai ampliar acesso ao mercado de créditos de carbono, observa Raupp

Raupp destacou também que as zonas de processamento de exportações (ZPEs) serão relevantes para diminuir o avanço do desmatamento da Amazônia.

Casagrande quer proteção ao etanol brasileiro

Ao prestar contas de sua viagem a Berlim, onde participou do Fórum de Legisladores (que antecedeu à Cúpula do G-8 + 5), Renato Casagrande (PSB-ES) garantiu que o Parlamento brasileiro tem condições de tomar medidas efetivas para defender os interesses do país no que diz respeito à comercialização do etanol.



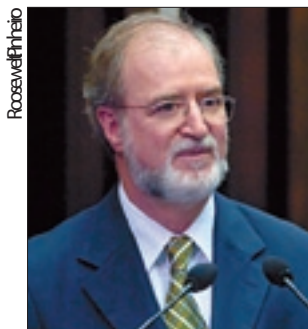
Casagrande refuta críticas ao avanço do plantio de cana-de-açúcar no país

Casagrande lamentou o preconceito internacional contra a expansão das plantações de cana-de-açúcar, sob o pretexto de que isso iria reduzir a produ-

ção de alimentos para produzir mais etanol. Enfatizou que os países desenvolvidos não têm reservas de solo e água para essas grandes plantações.

– Somente haverá menos alimentos se o governo não tomar o devido cuidado para limitar a produção de biocombustíveis às áreas já degradadas – observou.

O senador lastimou que, na Cúpula do G-8, não tenha sido tomada decisão concreta de combater o aquecimento global, mas apenas a manifestação de uma vaga intenção.



Azeredo registra sua participação em evento realizado na França

Azeredo relata conferência sobre crimes virtuais

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relatou sua participação na Conferência Internacional de Cooperação contra o Cibercrime, em Estrasburgo, na França. Durante o evento, que ocorreu na segunda-feira, o senador ministrou palestras sobre seu substitutivo a três projetos que tipificam crimes cibernéticos. Um dos pontos mais polêmicos da proposta de Azeredo é a obrigatoriedade de identificação dos usuários da internet.

– A Itália tem uma legislação muito mais dura do que estamos propondo aqui. Para se ter idéia, naquele país em nenhum cyber café é possível acessar computador sem a identificação de quem vai usá-lo, com carteira de identidade ou passaporte – disse.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) manifestou seu apoio ao substitutivo de Azeredo, lembrando que muitos crimes, como o de prostituição infantil, são cometidos impunemente pela internet.

Azeredo informou ainda sobre a realização de audiência no Senado para debater sua proposta. Entre os convidados, estão o juiz Fernando Botelho, o consultor do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara e o presidente da Abranet, Eduardo Parajo.

Representantes de bancos privados e de consumidores apóiam, na CDH, proposta de Paim que amplia prazo para que correntistas possam ingressar com ações na Justiça

Audiência discute nova chance para poupador recuperar perdas

Os direitos dos poupadores prejudicados pelos planos econômicos Bresser, Collor I e II e Verão foram debatidos ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Na ocasião, o senador José Nery (PSOL-PA) condenou a postura das instituições bancárias e financeiras que, em sua opinião, escondem informações sobre possíveis depósitos existentes nas contas de poupadores que, no passado, investiram e saíram prejudicados, principalmente em relação à caderneta de poupança.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a apropriação indevida de recursos da população por parte de instituições bancárias ou financeiras seja considerada crime imprescritível. Patrícia Saboya (PSB-CE) pediu a aprovação de medidas destinadas a resgatar direitos atingidos. Já Wilson Matos (PSDB-PR) disse que toda a sociedade “teve perdas astronômicas” com aqueles planos econômicos, mas ressaltou que a União não tem condições de pagar sozinha a conta.

Os expositores elogiaram projeto sobre o assunto de autoria do presi-



Maria Elisa Novais, João Paulo Dorini, Paulo Paim, Fabrício Missorino e Gabriel Jorge na CDH

dente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que altera de 20 para 30 anos o prazo prescricional para que os correntistas possam ingressar com ações na Justiça com o objetivo de corrigir os valores depositados nas instituições financeiras no período dos respectivos planos (PLS 299/07).

Direitos

Sob a ótica dos direitos humanos, permitir que o Estado e os bancos privados se apropriem indevidamente do dinheiro das pessoas é inviabilizar a concessão de todos os direitos fundamentais dessas pessoas, avaliou o defensor público federal João Paulo Dorini. O coordenador-geral de assuntos jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Fabrício Missorino Lázaro, explicou que todos os que se sentem prejudica-

dos devem requerer, nos bancos, a documentação dos respectivos períodos de suas contas e se dirigir aos diversos órgãos de defesa do consumidor.

A advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) Maria Elisa Novais reclamou da dificuldade enfrentada pelos

consumidores que tentam obter informações a respeito dos seus extratos bancários dos períodos correspondentes à aplicação dos planos econômicos. Ela lembrou que a legislação assegura o prazo de 20 anos, a partir da instituição do plano, para o cidadão entrar na Justiça na tentativa de recuperar seus depósitos.

O diretor-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Gabriel Jorge Ferreira, reconheceu que houve “violação dos direitos humanos”, mas disse que os bancos se limitaram a cumprir estritamente a legislação e culpou o Estado pelas perdas e pelo que classificou de falta de prudência com a coisa pública, ao tentar reduzir a crise fiscal que ocorreu após o longo período de ditadura militar.

CDH voltará a debater prorrogação da licença-maternidade

A proposta de conceder incentivos fiscais a empresas que prorrogarem por 60 dias a licença-maternidade será debatida em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que aprovou requerimento de Patrícia Saboya (PSB-CE) com esse objetivo.

A medida está prevista em projeto (PLS 281/05) de autoria da própria senadora que dispõe sobre a criação do Programa Empresa-Cidadã, destinado

a estender a licença, atualmente assegurada na Constituição por quatro meses. A proposição tramita na CDH, que já realizou duas outras audiências com o objetivo de aprofundar o debate.

Também na reunião de ontem, a CDH acolheu requerimento de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) propondo a realização da Semana do Idoso, no âmbito do Senado, de 24 a 28 de setembro.

O colegiado aprovou também requere-

mento de Paulo Paim solicitando audiência para debater o desemprego nos setores de calçado, tecelagem, móveis e vinho. Outra solicitação de Paim deliberada pela CDH foi a de realização de seminário destinado a discutir questões salariais dos servidores públicos, em conjunto com a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em 2 de julho, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.



Malta aceita provas da OAB, mas questiona seu modelo atual

Malta pede exames “mais flexíveis” para OAB

O senador Magno Malta (PR-ES) afirmou em discurso que não é a favor do fim dos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas propõe que as provas sejam “mais flexíveis”. Ele é relator de projeto de Gilvam Borges (PMDB-AP) que prevê o fim das provas.

Malta informou que pretende pedir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a realização de audiências para debater o projeto (PLS 186/06), e que a própria OAB “está aberta” a discutir o assunto. Para o senador, o fato de os recém-formados em Direito terem derresponder cem perguntas em apenas duas horas ajuda a reprovar cerca de 95% dos candidatos nos exames.

– Quem consegue passar num exame desses não prova que tem conhecimento, mas sim nervos de aço.

O senador disse concordar com a sugestão de uma das pessoas que lhe escreveram, para que as pessoas com deficiência visual façam provas orais.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a implantação do “diploma provisório”, ao final de três anos de estudo de nível superior, permitindo que o estudante comece a trabalhar antes de terminar seu curso.



Mozarildo: a atual divisão do país é incompatível com desenvolvimento

Mozarildo defende reordenação geográfica dos estados da região Norte

A reordenação geográfica do país, especialmente dos estados da região Norte, foi defendida por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Na opinião do senador, a medida promoveria o desenvolvimento das regiões envolvidas. Ele citou “exemplos de sucesso” de estados criados com a divisão de outras unidades da Federação, como Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Mozarildo informou que será realizado em Marabá (PA) um evento para discutir com a população paraense a criação do estado de Carajás, mediante plebiscito, conforme proposta em tramitação na Câmara. O parlamentar acredita que não é possível pensar em um país harmonicamente desenvolvido com a atual divisão de estados. Lembrou que os Estados Unidos,

com território semelhante, contam com 50 estados, e que o Brasil tem apenas 27. “Se olharmos o mapa do Brasil, veremos que falta planejamento para objetivar o desenvolvimento”, afirmou.

Para Mozarildo, é preciso aproveitar os movimentos espontâneos de divisão que surgem nos estados. O senador apontou os benefícios que Roraima conseguiu depois

de se transformar de território em estado, como a criação de universidade federal e de escola técnica.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que há projetos para dividir o estado do Pará em quatro outros estados, o que é “muito e preocupante”, na opinião dele. Já Augusto Botelho (PT-RR), também em aparte, defendeu a criação de estados menores.